

A CONFERÊNCIA DOS RELIGIOSOS DO BRASIL: TRADIÇÃO E PROFECIA NA PRODUÇÃO DE UMA OIKONOMIA SOCIAL-CATÓLICA (1954-1978)^I

THE CONFERENCE OF THE RELIGIOUS OF BRAZIL: TRADITION AND PROPHECY IN THE PRODUCTION OF A SOCIAL-CATHOLIC OIKONOMY (1954-1978)

LA CONFERENCIA DE LOS RELIGIOSOS DE BRASIL: TRADICIÓN Y PROFECÍA EN LA PRODUCCIÓN DE UNA OIKONOMÍA SOCIAL-CATÓLICA (1954-1978)

Edson Claiton Guedes*

Resumo: O texto é produto de pesquisa em andamento na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e tem a intenção de apresentar alguns encaminhamentos levantados sobre a investigação proposta. Indagamos qual o papel da Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB), suas estratégias de ação num cenário de mudanças políticas, sociais e econômicas ocorridas especialmente após a 2ª guerra mundial. Tendo como pressuposto a reestruturação do catolicismo, nosso objetivo é entender de que maneira a CRB inseriu-se na proposta de um catolicismo social, gerada por uma militância católica engajada, tendo como contexto o Brasil dos anos de 1954 a 1978.

Palavras-chave: Catolicismo. Conferência dos Religiosos do Brasil. Relações de poder.

Abstract: The text is a product of ongoing research at the Federal University of Santa Catarina (UFSC) and has the intention of presenting some guidelines raised on the proposed investigation. We asked what is the role of the Conference of Religious of Brazil (CRB), it's strategies of action in a scenario of political, social and economic changes that occurred especially after the 2nd. World War. With the assumption of the restructuring of Catholicism, our objective is to understand how the CRB was inserted in the proposal of a social Catholicism, generated by an engaged Catholic militancy, having as context Brazil from the years 1954 to 1978.

Keywords: Catholicism. Conference of Religious of Brazil. Power relations.

Resumen: El texto es producto de una investigación en curso en la Universidad Federal de Santa Catarina (UFSC) y tiene la intención de presentar algunas pautas planteadas sobre la investigación propuesta. Preguntamos cuál es el papel de la Conferencia de Religiosos de Brasil (CRB), sus estrategias de acción en un escenario de cambios políticos, sociales y económicos que ocurrieron especialmente después del 2do. guerra Mundial. Con el supuesto de la reestructuración del catolicismo, nuestro objetivo es comprender cómo la CRB se insertó en la propuesta de un catolicismo social, generado por una militancia católica comprometida, teniendo como contexto a Brasil de los años 1954 a 1978.

Palabras llave: Catolicismo. Conferencia de Religiosos de Brasil. Relaciones de poder.

Introdução

A pesquisa investiga o papel da Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB), a partir de suas estratégias de ação num contexto de mudanças políticas, sociais e econômicas ocorridas tanto no cenário nacional quanto no cenário internacional desde o término da 2^a. Guerra mundial em 1945. Nos questionamos em que medida a CRB se posicionou, qual foi sua colaboração e que ações foram tomadas na esteira do catolicismo progressista, movimento que caracterizou a Igreja Católica a partir do pós- segunda guerra mundial.

O catolicismo latino-americano sofreu importantes transformações na primeira metade e início da segunda metade do século XX que produziram uma interface própria, iniciadas a partir da década de 1930 e aceleradas de 1945 em diante. Houve, por exemplo, uma modernização do aparelho eclesial em vista da inserção da Igreja no cenário continental a partir de 3 níveis: o primeiro nível seria da renovação intelectual, o segundo nível a renovação pastoral e num terceiro nível a organização de instituições eclesiais que dessem um caráter de unidade à Igreja em nível continental. Portanto, o arco de tempo de 1930 a 1959 representou para a Igreja Católica latino-americana um tempo de modernização estrutural que produziu resultados no período seguinte (DUSSEL, 1989).

A partir desta perspectiva, trabalhamos com a hipótese de que a CRB, inserida num contexto de mudanças do catolicismo, constituiu-se em um ambiente propício para que a “ala progressista” se desenvolvesse e atuasse de forma consistente a partir de dentro. Isso porque agregou a vida religiosa masculina e feminina num trabalho conjunto que teve como pano de fundo a noção de renovação da vida religiosa, proposta no congresso internacional dos religiosos em 1951. Além do mais, somou-se a isso a experiência que os religiosos e religiosas dispunham de contatos com a realidade social por meio de suas escolas, asilos, hospitais, e outras instituições de caridade que recebiam atenção destes grupos. Ainda, os religiosos e religiosas tradicionalmente detêm uma certa autonomia de ação em relação à Igreja local, ao menos no que diz respeito às suas próprias obras sociais, já que respondem a seus superiores e superiores lotados quase exclusivamente fora do país, especialmente em Roma.

No mais, é importante frisar que o texto aqui apresentado constitui-se em um projeto em andamento junto ao Centro de Filosofia e Ciências Humanas do departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e, portanto, não há ainda resultados finalizados desta pesquisa. O que propomos neste artigo é a problematização e a exploração dos caminhos de análise.

O contexto do surgimento da CRB

Criada em 11 de fevereiro de 1954, apenas dois anos após o aparecimento da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), a CRB de acordo com Azzi e Grijp “constituiu outro organismo importante para a abertura da Igreja do Brasil, em termos de renovação pastoral” (2008, p. 630). Em seu estatuto, aprovado pelo decreto 01.561/55 da “Sagrada Congregação dos religiosos”, é possível perceber quais finalidades a Conferência projetava:

1. Animar a Vida Consagrada no Brasil, promovendo a comunhão entre os membros dos diversos Institutos Religiosos (...);
2. Coordenar atividades que visem a construção de alianças Intercongregacionais na formação e missão;
3. Promover a inserção em meios populares em situação de risco social;
4. Atuar em favor das Entidades Religiosas Católicas (...);
5. Manter, acompanhar, apoiar e estimular projetos missionários e sociais, em todo o território nacional, em parceria com as Secções Regionais e entidades afins (...);
6. Realizar seminários, palestras, cursos, encontros, congressos e fóruns (...) em vista da inclusão social;
7. Comprometer-se na defesa dos direitos humanos e da justiça social (...);
8. Estimular a manutenção de programas de proteção social para crianças, adolescentes, idosos (...);
9. Motivar a formação para a consciência e exercício da cidadania;
10. Promover publicações e difusão de obras que visam ao desenvolvimento humano (...);
11. Manter intercâmbio com instituições congêneres nacionais e internacionais e com o poder público (ESTATUTO DA CRB, 1955)^{II}.

No primeiro relatório da CRB apresentado ao núncio apostólico, D. Armando Lombardi, com data de 27 de março de 1955, a instituição já encontrava-se organizada com um escritório central no Rio de Janeiro e outras oito sedes regionais (Salvador, São Paulo, Recife, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre, Fortaleza e Belém), além de vários departamentos, tais como: jurídico, estatística, educação e ensino, catecismo, de assistência à saúde, de serviço e assistência social, de missões populares, de obras diversas (MICHLER, 1955, p. 43-49).

Como sua organização institucional era semelhante a da CNBB, logo surgiram conflitos de interesse entre as duas conferências, o que deixou evidente uma disputa sobre as ações pastorais da Igreja no Brasil. De acordo com Azzi & Grijp esta situação “levou, às vezes, a certo paralelismo de ação e mesmo a conflitos de orientação pastoral relativa a questões

específicas da vida da Igreja” (2008, p. 631). A natureza destes conflitos, no entanto, não esta clara nas atas da assembleia da CRB que apenas menciona sua existência:

Nos primeiros anos de nossa Conferência, fundada em 1954, passaram estas relações por momentos bastante críticos. De 1959 em diante, porém, começaram a melhorar progressivamente, de forma que em 1962 já o Secretário da CNBB podia declarar aos superiores e superiores maiores, reunidos em Assembleia, que as duas Conferências estavam maduras para marchar juntas. Atualmente, os contatos entre CNBB e CRB são frequentes, cordiais e francos. Não há assunto importante, referente aos religiosos, tratado pela CNBB, que não seja conversado antes entre elementos da CNBB e CRB. Deste mútuo entendimento originou-se o entrosamento de atividades das duas Conferências. As relações não se limitam porém a simples entendimento e entrosamento. Já estamos caminhando para a institucionalização através da criação de serviços comuns, mantidos por ambas as Conferências. O primeiro serviço é o já mencionado CERIS (Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais). Uma segunda experiência é o SCAI (Serviço de Cooperação Apostólica Internacional)” (ATA DA ASSEMBLEIA DA CRB, 1962)^{III}.

Tensões, conflitos e rivalidades demonstram, por um lado, a vitalidade dos processos de transformação e, por outro, revelam que a Igreja, apesar do discurso de unidade, não é um bloco monolítico. Os atores sociais envolvidos disputam espaços de poder e revelam neste jogo um catolicismo com características próprias: de um lado relativamente autônomo e progressista, inclusive nas suas próprias instituições, de outro, o contínuo saudosismo da cristandade, construindo alianças com governos ditatoriais, como de Getúlio Vargas de 1930 a 1945 e no apoio inicial ao golpe civil militar de 1964, ressaltando o poder de setores conservadores da hierarquia^{IV}.

Nossa problematização advém do seguinte questionamento: é possível inferir que as ações coordenadas pela Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB) incluem-se, no que Souza chamou de “produção de um novo limiar social católico”(2001) como um paradigma da militância católica em âmbito político, social e econômico no país a partir da década de 1950? Podemos constatar na CRB um dos contatos relevantes deste novo paradigma, uma vez que inserida na estrutura eclesiástica, possibilitou o desenvolvimento de um catolicismo progressista a partir de dentro, aberto às questões sociais e as novas correntes teológicas?

Sintetizado no título “A Conferência dos Religiosos do Brasil: tradição e profecia na produção de uma oikonomia social-católica (1954-1978)” a pesquisa pretende trazer à discussão as ações dos religiosos e religiosas, patrocinados pela CRB, que assumiram posições teóricas e geográficas para além dos limites da organização paroquial ou de suas obras tradicionais.

Conceitos e contextos

Tradição e profecia revelam a maneira, por vezes antagônica, que se dão as relações de poder no interior da instituição desde subjetividades que atuam no cenário religioso, as formas de “consumir”, as “operações”, “as táticas e estratégias” (CERTEAU, 2014) em maiorias e minorias flutuantes. Foi a tensão entre tradição e profecia que constituiu a força cultural do judaísmo e do cristianismo e introduziu uma concepção de história que se dilata, “para o passado como memória, e para o futuro como utopia de um já ainda não” (MATA, 2010, pos. 300). A partir do conceito de “oikonomia”, que habita o universo cristão desde a patrística e donde deriva “a biopolítica moderna até o atual triunfo da economia e do governo sobre qualquer outro aspecto da vida social”(AGAMBEM, 2011, p. 13), busca-se uma abordagem das ações da Conferência que expressem um novo paradigma influenciado pela representação de um catolicismo socialmente ativo e militante.

Desde a década de 1950, com as transformações no cenário político nacional, somada a uma concepção de Igreja disposta ao diálogo com o mundo, nos papados de João XXIII (1958-1963) e Paulo VI (1963-1978), houve uma reorientação na atuação da vida religiosa na realidade brasileira. Esta nova forma de atuação teve como pressuposto a atualização da vida consagrada, formulada no primeiro encontro dos religiosos realizado em Roma em 1951 e no 1º. encontro nacional dos religiosos em 1954, no Rio de Janeiro e oficializada pelo Concílio Vaticano II (1962-1965).

Com a organização da CRB e sua estruturação em núcleos estaduais e a adesão cada vez maior de congregações masculinas e femininas que se afiliavam à instituição, ela passou a ter um capital financeiro (e também simbólico) capaz de proporcionar as estruturas necessárias para difusão de um catolicismo socialmente ativo, onde estes religiosos e religiosas pudessem se inserir no cenário sócio-político nacional. Em 1955 surgiu a “Revista Convergência”, que aos poucos passou a ser um espaço de manifestação do discurso renovador da vida religiosa e um meio de difusão de um catolicismo inserido nas realidades sociais. Naquele momento, o suporte oferecido pela Conferência aos religiosos, tanto por meio de um setor de serviços junto aos ministérios do governo federal para facilitar a obtenção de verbas e subvenções, ou mesmo através de uma agência de viagens onde seus membros conseguissem passagens aéreas e marítimas com preços mais acessíveis, facilitaram as estratégias da instituição.

Tendo em vista este conjunto de elementos sobre o papel da Igreja Católica e suas instituições na sociedade brasileira, esta investigação busca compreender as mútuas influências,

do ambiente sócio-político brasileiro em ligeira transformação, como das mudanças ocorridas no interior da Igreja em nível nacional e internacional, que tornou possível e factível não só uma leitura social mais ampla com ações patrocinadas pela CRB e também pela CNBB.

A influência católica na sociedade brasileira não passou despercebida por pesquisadores e intelectuais que se dedicaram a compreender a dinâmica histórica, social, política e cultural do Brasil. Gilberto Freyre em *Casa grande e senzala* destaca certa homogeneidade entre a religião católica e a identidade nacional, que segundo ele torna “difícil separar o brasileiro do católico [e reconhece que] o catolicismo foi realmente o cimento da nossa unidade”(2003, p.30). Também Caio Padro Junior em “Formação do Brasil contemporâneo” percebe no catolicismo brasileiro um importante fator de construção cultural, ainda que o veja como um “amálgama de costumes seculares e religiosos que reduziu o catolicismo a um esqueleto de práticas exteriores e maquinais, vazio de qualquer sentimento elevado” (2011, pós. 7347). Já em “Raízes do Brasil”, Sérgio Buarque de Holanda destaca um catolicismo tipicamente brasileiro, que “permite tratar os santos com uma intimidade quase desrespeitosa [...] e que é uma transposição para o domínio do religioso, desse horror às distâncias que parece constituir, ao menos até agora, o traço mais específico do espírito brasileiro” (1995, p. 149).

Além destes clássicos, outros pesquisadores se debruçaram em analisar o papel desempenhado pela Igreja Católica no contexto nacional, especialmente entre 1950 a 1980. É o caso, por exemplo de Thomas Bruneau que, num ensaio escrito no calor das discussões em 1970 e transformado em livro pela Editora Loyola em 1974 sob o título de “Catolicismo brasileiro em época de transição”, defende que a transformação da Igreja católica brasileira se deu exclusivamente pela movimentação política daquele contexto, o que levou uma resposta da instituição que até então se via como uma espécie de guardião da moral, dos bons costumes e detentora de certo poder (pastoral) no país (BRUNEAU, 1974). Podemos citar também o estudo publicado em 1996 por Michel Löwy sob o título “O que é o cristianismo de libertação: religião e política na América latina”. Nesta pesquisa, o autor demonstra que o “cristianismo de libertação”, surgido na década de 1960, foi um dos principais movimentos sociais na América latina e criou uma interface de um cristianismo comprometido com a mudança política, social e econômica no continente. De acordo com Löwy, foi este movimento que criou uma esquerda católica e um “pensamento/ação cristãos genuinamente latino-americano” (2016, p. 146). As

disputas pela condução do país num ambiente de instabilidade política, econômica e social, foram importantes ingredientes na feitura de um catolicismo engajado socialmente.

Na pesquisa realizada por Rosa (2015) sobre a influência da Igreja na política brasileira na primeira metade do século XX, a autora demonstra que a Igreja utilizou-se de muitas táticas e estratégias para enfrentar a laicização que estava sendo implantada desde o início do século XX. No entanto, a situação política criada pela deposição de Washington Luís e o movimento que levou Getúlio Vargas ao poder por meio da força militar, gerou uma conjuntura de instabilidade política e consequentemente um momento de crise, que fez a Igreja se movimentar rapidamente naquele cenário. Dessa forma,

D. Leme e D. Aloisi Masella levaram a termo ações estratégicas fundamentais para a conquista de espaços políticos, por meio de uma participação mais intensa no processo de institucionalização que vivia o país: a articulação política, a organização do episcopado e do laicato e a sondagem da possibilidade de um acordo internacional entre a Santa Sé e o Brasil (ROSA, 2015, p. 221).

A ideia da dessacralização do poder temporal e, por complemento, toda a sociedade brasileira e que estava baseada nos ideais da revolução francesa e na noção de um progresso industrial, acabou por não se confirmando e deixou a sociedade à mercê de uma crise política, social, econômica e religiosa. A recomposição da crise gerada pelo afastamento da religião voltou a habitar o Estado, e a Igreja, como agente aglutinador, reivindicou o direito de exercer o seu poder pastoral para reordenar a conduta social por meio do mecanismo religioso. Assim, ela, ao colaborar com a significação da realidade, desde sua capacidade de construir estruturas de plausibilidade, surgiu como força ordenante da sociedade, que tornou plausível, justificada, e duradoura a construção da realidade até certo ponto (SOUZA, 2001).

Os pressupostos históricos desde a redemocratização, como as eleições de 1945 vencidas por Dutra e seu legalismo conveniente que prejudicava a organização dos trabalhadores, a vitória de Getúlio Vargas nas eleições de 1950 e seu suicídio em 1954, as agitações promovidas por setores do exército dividido entre nacionalistas versus entreguistas, a situação criada para a posse de Jucelino Kubitschek e o posterior golpe civil-militar em 1964, são ingredientes importantes para compreender o reposicionamento da Igreja no contexto de transformações (FAUSTO, 1995).

Esta capacidade de mudança ou melhor ainda, a utilização de estratégias de readaptação ao contexto mesmo que esta interface contrarie posições historicamente constituídas, são possibilitadas em situações limite, como foi o caso daquele contexto histórico.

É a partir desta constatação que Mainwaring percebe a atuação do catolicismo, representado pela hierarquia, naquele contexto:

Quando o fim fundamental de uma instituição for supra-racional, ela se disporá a sacrificar alguns interesses, caso esteja convencida de que foi chamada para fazê-lo [...] a luta política pode fazer com que as identidades sociais e as ideologias sejam repensadas, criando novas identidades e ideologias. De modo geral, as práticas sociais e as identidades institucionais não se modificam porque surgem novas ideias, mas sim, porque o conflito social leva a uma nova maneira de se compreender a realidade (MAINWARING, 1989, p.24-25).

Dito isto, é interessante observar que a Igreja Católica, ainda que não tenha atraído a atenção dos cientistas sociais, passou, a partir dos anos 1970, a se tornar interessante por suas posições “progressistas” na política e na sociedade brasileira. O catolicismo tornou-se nesta perspectiva, um dos campos privilegiados de possibilidade de análise do real (SANCHIS, 1992).

Tendo em conta a dinamicidade no cenário brasileiro do pós-guerra e a reorganização da Igreja Católica, delineamos uma articulação entre um catolicismo engajado socialmente, politicamente ativo para além das preocupações doutrinárias e sacramentais, e as ações da CRB, que possibilitaram a inserção e atuação dos religiosos e religiosas de diferentes ordens e congregações na onda de renovação da vida consagrada, a partir do congresso internacional e nacional dos religiosos e do Concílio Vaticano II.

Uma análise institucional do campo religioso

O nosso percurso metodológico dá-se por meio da análise historiográfica das instituições envolvidas e das fontes documentais disponíveis, que nos permitirão, a partir dos sujeitos históricos investigados, problematizar nosso objeto de pesquisa. Ainda que sistematizar o percurso seja sempre um desafio, porque a história não é sistemática nem dogmática, importa para esta pesquisa uma certa orientação metodológica que nos permita percorrer os nuances históricos que nosso objeto nos prepara. Para tanto, propomos uma abordagem teórico-metodológica que perpassa as contribuições de pensadores que não só teorizaram sobre as relações de poder, como também cunharam conceitos operatórios que são importantes instrumentos de análise para compreendermos nosso objeto de estudo, como por exemplo a teoria dos “campos sociais” de Pierre Bourdieu (1930-2002), o conceito de “poder pastoral” Michel Foucault (1926-1984) e o “humanismo integral” de Jacques Maritain (1882-1973).

A teoria dos campos sociais de Pierre Bourdieu, fundamenta-se na percepção de que existe um microcosmo social, dotado de certa autonomia, ao mesmo tempo que influenciado e

relacionado a um espaço social mais amplo que ele dá o nome de campo. O campo não é um espaço neutro de relações interindividuais, senão que está estruturado como um sistema de relações onde há competições e conflitos entre grupos, e o poder neste campo esta em estreita relação com a posição que se ocupa dentro dele.

Neste sentido, sendo o mundo social composto por uma pluralidade de aspectos, de campos de especialidade, é importante “Compreender a gênese social de um campo, e aprender aquilo que faz a necessidade específica da crença que o sustenta, do jogo de linguagem que nele se joga, das coisas materiais e simbólicas em jogo que nele se geram” (BOURDIEU, 2002, p. 69).

Compreendendo que o sagrado e o profano são uma construção social, na esteira de Durkheim^V, Bourdieu propõe o conceito de um “campo religioso”, uma vez que no trabalho coletivo de construção deste campo, não são todos que participam com a mesma eficácia. Existe um grupo de especialistas capazes de definir o que é e o que não é sagrado e, em contraste com os não especialistas (leigos), somente eles são socialmente legitimados:

Enquanto resultado da monopolização da gestão dos bens de salvação por um corpo de especialistas religiosos, socialmente reconhecidos como detentores exclusivos da competência específica necessária à produção ou à reprodução de um corpus deliberadamente organizado de conhecimentos secretos (e portanto raros), a constituição de um campo religioso acompanha a desapropriação objetiva daqueles que dele são excluídos e que se transformam por esta razão em leigos (ou profanos, no duplo sentido do termo) destituídos do capital religioso (enquanto trabalho simbólico acumulado) e reconhecendo a legitimidade desta desapropriação pelo simples fato de que a desconhecem enquanto tal (BOURDIEU, 2007, p. 39).

O campo religioso constitui-se também como um espaço de disputas por agentes especializados que lutam pela definição legítima do que é religioso, do sagrado, que respeitam regras e que buscam troféus que implicam um acúmulo de capital propriamente religioso de notoriedade, de prestígio, glória. Naturalmente, a luta pelos troféus religiosos, a luta pela notoriedade, pelo monopólio da definição do sagrado, no campo religioso vem travestida de respeito às divindades, às regras que são inventadas dentro deste mesmo campo. De uma certa maneira, os postos mais disputados do campo religioso quase sempre são apresentados fora do campo religioso, como resultado de uma concordância que na verdade esconde disputas renhidas e fratricidas.

Como o campo religioso se estrutura de tal maneira que concentra o capital simbólico nas mãos de alguns poucos, ou seja, daqueles que detêm os “troféus”, são estes “alguns” que acabam definindo as regras de funcionamento do campo, as regras que mais lhes interessam

para conservar a distribuição destes troféus que já se encontram em marcha. Portanto, todo campo tem dominantes conservadores e dominados subversivos e pretendentes ao campo.

Se há inegavelmente disputas de poder e pelo poder no campo religioso, estas disputas muitas vezes extrapolam as fronteiras e se embrenham em outras instâncias, como a política. O campo político e religioso brasileiro sempre se manifestou com uma fronteira fluída, com pontes, passagens e trânsitos, ora mais intensos, ora mais reduzidos, segundo as situações e os momentos históricos (ORO, 2006). Como já acenamos, a Igreja Católica, mesmo depois da proclamação da república, nunca deixou de se envolver na política brasileira exercendo sua influência na sociedade.

Ao utilizar-se de estratégias para exercer sua influência em amplos setores da sociedade, a Igreja pratica uma espécie de poder pastoral, assim designado por Foucault:

É um poder que se exerce mais sobre uma multiplicidade do que sobre um território. É um poder que guia para um objetivo, e serve de intermediário rumo a este objetivo. É, portanto, um poder finalizado, um poder finalizado sobre aqueles mesmos sobre os quais se exerce, e não sobre uma unidade de tipo, de certo modo, superior, seja ela a cidade, o território, o Estado, o soberano [...] É, enfim, um poder que visa ao mesmo tempo todos e cada um em sua paradoxal equivalência e não a unidade superior formada por um todo (FOUCAULT, 2008, p. 173).

A forma como este “poder pastoral” é exercida é abrangente, pois necessita mover um conjunto de dispositivos que geram o suporte para torná-lo factível. O termo técnico “dispositivo” é estratégico no pensamento de Foucault. Ele o resume em três pontos:

- a. Conjunto heterogêneo, linguístico, e não-linguístico, que inclui virtualmente qualquer coisa no mesmo título: discursos, instituições, edifícios, leis, medidas de polícia, proposições filosóficas, etc. O dispositivo em si mesmo é a rede que se estabelece entre esses elementos;
- b. O dispositivo sempre tem uma função estratégica concreta e se inscreve sempre numa relação de poder;
- c. Como tal, resulta do cruzamento de relações de poder e de relações de saber (AGAMBEM, 2014, p. 25).

Ao utilizar deste conjunto de dispositivos, o objetivo do poder pastoral não é, como bem disse Foucault, o poder territorial, o poder econômico, o poder sobre um país, não ao menos como objetivo primário. O que se procura com o poder pastoral é muito mais profundo: é que Foucault chama de “direção da Consciência” (FOUCAULT, 2008, p. 196). Quem, senão a religião com seu capital simbólico, possui uma aceitabilidade tal que tem o poder de impor, ainda que dissimuladamente um “sistema de práticas e representações, cuja estrutura objetiva fundada em um princípio de divisão política apresenta-se como a estrutura natural-sobrenatural do cosmos”? (BOURDIEU, 2007, p. 34).

A construção de um catolicismo socialmente ativo e militante tornou-se possível porque entrou na “ordem do discurso”^{VI} de uma Igreja que conjugou papados relativamente progressistas de João XXIII e Paulo VI, com uma abertura institucional à modernidade e um conjunto de fatores políticos, sociais, econômicos no mundo pós-guerra, e que possibilitaram uma reorientação, dada a conjuntura brasileira, de um cenário católico onde houve uma ampliação de sua presença nas áreas social e política.

Esta presença católica foi precedida por leigos engajados que, amparados no “humanismo integral” de Jacques Maritain e outros expoentes do pensamento católico francês como Gabriel Marcel, Teilhard Chardin e Emanuel Monier, trabalharam em prol de uma “economia humanista” com ações comuns e organizadas que combatessem um modelo econômico que transforma o ser humano numa peça de reposição.

Maritain concebia o humanismo integral da seguinte forma:

O humanismo tende essencialmente a tornar o homem mais verdadeiramente humano, e a manifestar sua grandeza original, fazendo-o participar de tudo o que, na natureza e na história [...] o possa enriquecer; suas exigências são exaustivas, levando o homem a desenvolver suas virtualidades intrínsecas, suas forças criativas e a vida da razão, se esforçando também a transformar as forças do mundo físico em instrumentos de sua liberdade” (MARITAIN, 2018, p.14).

Já com relação a sua concepção de “homem”, ele o conceituava como um ser dotado de direitos naturais (vida, saúde, trabalho, educação, liberdade, etc.) como inerentes ao fato da pessoa humana ser a imagem de seu criador. O humanismo de Maritain é cristão, e por isso os valores cristãos estão na ordem do dia de sua teoria.

É na esteira de Maritain que se posicionam uma parcela de leigos católicos brasileiros que influenciarão uma nova abordagem da Ação Católica^{VII}. A ação católica especializada (ACE) surgiu como uma nova forma de evangelização de grupos (estudantes, universitários, independentes, operários, etc.) fortemente influenciada pelas práticas de padres belgas, franceses e canadenses que propunham uma vinculação entre o pensamento marxista lido com pelos óculos da teologia católica presente na doutrina social da Igreja (LIRA, 2019). Embasados pelos intelectuais franceses citados acima, constitui-se uma dialética de afinidade eletiva que se estabeleceu entre as duas culturas católicas (brasileira e francesa) e entre militantes da esquerda política no Brasil [...] a partir de um movimento de convergência, de atração recíproca e de confluência ativa (SOUZA, 2001). Ou seja, o engajamento dos militantes católicos brasileiros ganhou uma feição própria e diferente daquele que os franceses vivenciavam.

Dessa forma, assim como com a organização da CNBB em 1952 que integrou as ações da Igreja em nível nacional, a criação da CRB fez com que os religiosos também tivessem um papel determinante neste movimento de renovação, tese que buscaremos aprofundar.

Considerações finais

Este estudo, ainda em andamento conforme afirmamos na introdução, problematiza o papel de uma instituição surgida calor de um amplo movimento, seja ele dentro da própria Igreja Católica, seja ela na sociedade civil brasileira e mundial.

A Conferência dos Religiosos do Brasil surgiu justamente como um subproduto deste arranjo institucional católico, como uma estratégia de resposta às intensas transformações e acontecimentos que teve como palco o “o breve século XX”, na expressão já consagrada pelo historiador Eric Hobsbawm (1995).

O papel da Conferência dos Religiosos do Brasil, na acomodação nacional do pós-segunda guerra, ainda não está devidamente problematizado pela historiografia brasileira. Isso se deve, segundo nosso entendimento, a duas situações pontuais: primeiro porque não havia surgido projetos que a enquadrasse dentro da perspectiva que por hora pesquisamos, e segundo por que pesquisar instituições religiosas, notadamente as católicas, esbarra na dificuldade de acesso às fontes. Por vezes alimenta-se uma certa desconfiança, dentro destas instituições, de qualquer narrativa que não seja teológica e católica. Saliento, no entanto, que este não é o caso da CRB que amigavelmente demonstrou, na pessoa de sua presidente nacional, um interesse genuíno pelo projeto em andamento.

A questão da religião e, conseqüentemente de suas instituições, não pode ser esquecido quando se trata de política e poder no Brasil. A Igreja Católica está no território desde o início da colonização portuguesa e a identidade nacional foi moldada por esta presença frequente no cenário nacional. Devido a esta constante presença, as práticas, vivências, crenças e dogmas religiosos interferem e se desdobram, inevitavelmente, nas práticas políticas do país.

Sabemos que o objetivo da religião, independentemente qual seja, tem por objeto o homem, e, por objetivo

disciplinar-lhe a vida do nascimento à morte, estipulando para isso regras rígidas de comportamento, tanto de seus ritos particulares, abarcando o sexo, a alimentação, as festas, etc., quanto de seus atos públicos, sejam os sociais, por exemplo, as relações de amizade e comportamento público; sejam os políticos, por exemplo, a ética na conduta política; sejam os econômicos, por exemplo, a ética no trabalho, a honestidade nas relações mercantis, etc (MANUEL, 2015, p. 15).

Diante do exposto até aqui, percebemos a necessidade de pesquisar de forma mais aprofundada possível, as negociações entre a religião e a política, as consequências dessa relação para o cotidiano do cidadão, independentemente de sua associação a qualquer crença religiosa e os resultados dessa interação para os interesses do país.

Esta justificativa, muitas vezes já oferecida por outros pesquisadores da religião, é sempre necessária porque ou se pretende impor à religião um foro estritamente íntimo, onde as práticas e crenças religiosas sejam algo privado e sem contato com o social, ou se tem a intensão, por parte de religiosos e políticos a eles ligados, de migrar valores religiosos próprios de cada crença, para o campo da legislação nacional. Esta tensão constante entre o privado e o público gera equívocos de ambas as partes e deve ser pesquisado, narrado e debatido não com a finalidade de extinguir a tensão, mas de mantê-la equilibrada.

Referências bibliográficas

AGAMBEN, Giorgio. *Altíssima pobreza: Regras monásticas e formas de vida*. Trad. Selvino Assmann. São Paulo: Boitempo, 2014.

_____. *O reino e a glória: uma genealogia teológica da economia e do governo*. Trad. Selvino J. Assmann. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. *O amigo & o que é um dispositivo?* Trad. Vinícios de Castro Honesko. Chapecó: Editora Argos, 2014.

AZZI, Riolando; GRIJP, Klaus Van der. *História da Igreja Católica no Brasil: ensaio de interpretação a partir do povo*. Tomo II/3-2, terceira época. Petrópolis: Vozes, 2008.

BOURDIEU, Pierre. *Campo de poder, campo intelectual*. Itinerario de un concepto. Editora Montessor, 2002.

_____. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2007.

BRUNEAU; Thomas. *Catolicismo brasileiro em época de transição*. São Paulo: Edições Loyola, 1974.

CALDEIRA, Rodrigo Coppe. *Os baluartes da tradição: o conservadorismo católico brasileiro no Concílio Vaticano II*. Curitiba: Editora CRV, 2011.

CERTEAU, Michel. *A invenção do Cotidiano*. Artes de fazer. 22ª. Edição. Trad. Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 2014.

DUSSEL, Enrique. *História da Igreja Latino-Americana (1930 a 1985)*. 2ª. Edição. São Paulo: Paulus, 1989.

DURKHEIM, Émile. *As formas elementares da vida religiosa*. O sistema totêmico na Austrália. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. 2ª. Edição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.

FOUCAULT, Michel. *Segurança, território, população*. Curso dado no Collège de France (1977-1978). Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins fontes, 2008.

_____. *A ordem do discurso*. Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Trad. Laura F. de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

FREYRE, Gilberto. *Casa grande e senzala*. Formação da família brasileira sob o regime patriarcal. 48ª. edição rev. São Paulo: Global, 2003.

HOBBSBAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*. Trad. Marcos Santarrita. 2ª. Edição. 50ª. reimpressão. São Paulo: Companhia das letras, 2013.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26ª. Edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LIRA, Ronald Apolinário de. *Catolicismo e política: pastoral da juventude e formação partidária do PT*. 1ª. Edição. Curitiba: Editora Appris, 2019.

LÖWI, Michael. *O que é cristianismo de libertação: religião e política na América Latina*. 2ª. Edição. São Paulo: editora Fundação Perseu Abramo: Expressão popular, 2016.

MAINWARING, Scoot. *A Igreja Católica e a política no Brasil (1916-1985)*. Trad. Heloísa Braz de Oliveira Prieto. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

MANOEL; Ivan A. Prefácio. IN ROSA, Lilian Rodrigues de Oliveira. *A Santa Sé e o Estado Brasileiro: estratégias de inserção política da Igreja Católica no Brasil*. Jundiaí: Paco Editorial, 2015.

MARITAIN, Jacques. *Humanismo Integral: problemas temporais e espirituais de uma nova cristandade*. Trad. Margarida Hulschof. São Paulo: Cultor de Livros, 2018.

MATA, Sérgio da. *História e religião*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

MICHLER, Martin. *Relatório da CRB*. Revista da Conferência dos Religiosos do Brasil. Rio de Janeiro. 1º. de Julho de 1955, p. 43-49.

ORO, Ari pedro (Org.). *Religião e política no Cone Sul: Argentina, Brasil e Uruguai*. São Paulo: Attar Editorial, 2006.

PRADO JR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. Colônia. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

ROSA, Lilian Rodrigues de Oliveira. *A Santa Sé e o Estado Brasileiro: estratégias de inserção política da Igreja Católica no Brasil*. Jundiaí: Paco Editorial, 2015.

SANCHIS, Pierre. *Catolicismo: modernidade e tradição*. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

SOUZA, Rogério Luiz de . *A reforma social católica e o novo limiar capitalista (1945-1965)*. Tese. (Doutora em História). Programa de pós-graduação em História da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/27170>
Acesso dia: 06 de agosto 2018.

Recebido: 03/02/2021

Aceito: 10/04/2021

Publicado: 24/05/2021

^I O título se refere ao projeto de pesquisa, iniciada em 2020 no programa de pós-graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), e pretende compreender o papel da Conferência dos Religiosos do Brasil e o legado da militância católica no período da criação da Conferência até o final da década de 1970.

* Doutorando em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e Mestre em História Cultural pela Universidade Estadual de Ponta Grossa, UEPG/PR (2018). Licenciado em História pelo Centro Universitário Claretiano (2018) e Filosofia pela Faculdade Bagozzi de Curitiba (2014) e Bacharel em Teologia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná PUC/PR (2008). Especialista em Docência no Ensino Superior pelo Centro Universitário de Maringá - UniCesumar (2011), em História e humanidades pela Universidade Estadual de Maringá, UEM (2012), e em História do Brasil: cultura e sociedade pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, PUC/MG (2014). Atualmente é Professor de História na Rede Pública no Estado de Santa Catarina e na rede municipal de São José/SC. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2529969768157903> . ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1641-2264>

^{II} Cf. Site da CRB NACIONAL. Relatório da Conferência dos Religiosos do Brasil. Disponível em: : <http://www.crbnacional.org.br/site/sobre-a-crb-nacional/#1509746526353-7e1b280d-9e22>. Acesso dia 23 de Setembro de 2020.

^{III} Idem. Estatuto da CRB. Acesso dia 10 agosto de 2020.

^{IV} Rodrigo Coppe Caldeira afirma que a formação de um catolicismo antimoderno no Brasil deu-se devido a relação sempre ambígua entre a hierarquia católica e a política brasileira que via na aliança com a Igreja uma alternativa de afastar o “perigo comunista” dos meios populares concedendo a esta alguns benefícios como influência no sistema educacional, a não aprovação do divórcio, a manutenção de símbolos religiosos em locais públicos como repartições, etc. Mesmo leigos conservadores como Plínio Arruda Sampaio e seu grupo gozou de grande influência e simpatia em alguns setores do catolicismo, só perdendo a força em meados de 1950 quando ocorreu uma mudança na perspectiva pastoral na maioria do episcopado ligado a CNBB. (CALDEIRA, 2011).

^V Durkheim assegura que um dos traços distintivos do pensamento religioso é a divisão entre o que é sagrado e o que é profano e que nem a oposição entre o bem o mal é tão intensa quanto essa. No entanto, afirma ele, mesmo nesta divisão, é possível se passar de uma a outra por um processo de “metamorfose” (DURKHEIM, 1996).

^{VI} Foucault salienta que “em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade” (FOUCAULT, 2014, p. 08/09).

^{VII} A ação católica foi um movimento italiano de evangelização trazido para o Brasil pelo Cardeal Sebastião Leme, a princípio como um projeto de “romanização”, de matriz conservadora, que vigorou durante a primeira metade do século XX. A partir dos anos de 1950 a Ação católica brasileira tomará um rumo diferenciado, influenciada pela chegada de padres belgas e canadenses que trabalhavam junto às classes operárias em seus países de origem. Surgiu assim a Ação Católica Especializada (ACE) que tinha como objetivo trabalhar de forma especializada junto ao meio, tais como: Juventude Agrária Católica (JAC); Juventude Estudantil Católica (JEC); JIC (Juventude independente Católica); JOC (Juventude Operária Católica); JUC (Juventude Universitária Católica). Esses leigos passaram a constituir aquilo que depois foi chamado de “esquerda católica”. (LIRA, 2019).